

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS PROIBIDOS EM MEDICINA VETERINÁRIA

Felipe Carpes Gindri ¹

Claudete Izabel Funguetto ²

Resumo:

Durante décadas, diversos procedimentos cirúrgicos estéticos em animais foram realizados na Medicina Veterinária, muitas vezes com a justificativa de que essas intervenções trariam vantagens à sua saúde ou para satisfazer suas características de padrões de raça. Tais práticas estão sendo proibidas em vários países. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina proibiu as cirurgias estéticas mutilantes em pequenos animais como a conchectomia e corpectomia em cães, e a onicectomia em gatos desde 2008 e caudectomia desde 2013. Médicos Veterinários e proprietários de animais que descumprirem a norma estão sujeitos a punição. Dentre os procedimentos cirúrgicos que apresentam benefícios a longo prazo aos animais está a castração, que controla a superpopulação e diminui a incidência de tumores em machos e fêmeas, reduzindo o risco de doenças prostáticas em machos, de piometra e prenhez indesejada na fêmea. Mesmo sendo prejudiciais e proibidas, tais práticas continuam sendo feitas, sobretudo pelos proprietários dos animais, como é o caso da caudectomia em determinadas raças de cães como cocker spaniel, pinsher, poodle, além de pitbull, rottweiler e doberman, que são alvos comuns do procedimento, corriqueiramente justificados como para embelezar o animal. O presente projeto de extensão teve por objetivo promover a conscientização sobre as consequências de práticas cirúrgicas proibidas na Medicina Veterinária, mas ainda existentes, assim como difundir e orientar sobre a castração de machos e fêmeas, como forma de diminuir a superpopulação de animais abandonados e melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Participaram da aproximadamente 300 alunos e professores da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Hermeto, no turno na manhã. A maioria contribuiu sobre o assunto no espaço aberto para perguntas, relatando possuir animais de estimação em casa, principalmente cães e gatos, constatação que comprova a importância de ações desta natureza junto a escolares, pelo potencial multiplicador dos participantes. Ao término, foi feita avaliação através de pesquisa de opinião e os resultados foram sistematizados, visando a melhoria das próximas palestras. O projeto está sendo desenvolvido com recursos do Edital nº 60/2017 - PROFEXT - Programa de Fomento à Extensão.

Palavras-chave: Saúde Animal; Bem-Estar Animal; Extensão Universitária; Saúde Pública

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS PROIBIDOS EM MEDICINA VETERINÁRIA

¹ Aluno de graduação. felipeindrivet@gmail.com. Autor principal

² Docente. claudetefunguetto@unipampa.edu.br. Orientador

Anais do 9º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE
Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017



PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS PROIBIDOS EM MEDICINA VETERINÁRIA

1. INTRODUÇÃO

Durante décadas, diversos procedimentos cirúrgicos estéticos em animais foram realizados na Medicina Veterinária, muitas vezes com a justificativa de que essas intervenções trariam vantagens à sua saúde ou para satisfazer suas características de padrões de raça.

Atualmente com o aparecimento de estudos comprovando que essas intervenções cirúrgicas podem ser maléficas ao animal, tanto em questão de saúde física, como comportamental, muitos países vem condenando essas práticas, estabelecendo a proibição.

No Brasil, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em 2008, através da Resolução nº 877 proibiu as cirurgias estéticas mutilantes em pequenos animais como a conchectomia e corpectomia em cães, e a onicectomia em gatos. Por meio da Resolução nº 1027, de 18 de junho de 2013, foi proibida a prática de caudectomia – amputação ou corte da cauda de caninos para fins estéticos (CFMV, 2008; CFMV 2013).

A caudectomia é considerada um procedimento cirúrgico não recomendável. Logo, Médicos Veterinários e proprietários de animais que descumprirem a norma estão sujeitos a punição.

A posição da cauda e das orelhas e o modo como elas se movimentam tem um grande impacto na comunicação canina com os seres humanos, podendo sinalizar prazer, medo, dominância, submissão e outras manifestações que o animal queira demonstrar (WANSBROUGH, 1996).

Ao se retirar essas partes de um cão priva-se essa sua capacidade de se expressar e além disso existem riscos pós-cirúrgicos envolvidos.

Nos gatos, arranhar é um comportamento normal que é utilizado para marcar território tanto visualmente como olfatoriamente e que também permite ao gato interagir socialmente (YEON *et al*, 2001). Ao retirar suas garras pode-se alterar seu comportamento.

Dentre os procedimentos cirúrgicos que apresentam benefícios a longo prazo aos animais está a castração, que diminui a incidência de tumores em machos e fêmeas, reduzindo o risco de doenças prostáticas em machos, de piometra e prenhez indesejada na fêmea (SANBORN, 2011).

Mesmo sendo prejudiciais e proibidas, tais práticas continuam sendo feitas, sobretudo pelos proprietários dos animais, como é o caso da caudectomia em determinadas raças de cães como cocker spaniel, pinsher, poodle, além de pitbull, rottweiler e doberman, que são alvos comuns do procedimento, corriqueiramente justificados como para embelezar o animal. O Médico Veterinário que infringir as normas determinadas pelo CFMV estará sujeito a processo ético-profissional.

O presente projeto de extensão teve por objetivo promover a conscientização sobre as consequências de práticas cirúrgicas proibidas na Medicina Veterinária, mas ainda existentes, assim como difundir e orientar sobre a castração de machos e fêmeas, como forma de diminuir a superpopulação de animais abandonados e melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

2. METODOLOGIA

A escolha do tema foi realizada de forma participativa considerando a opinião coletiva da turma por ocasião de reunião para determinação dos assuntos a serem abordados, tendo sido escolhido relevância junto à comunidade local.

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto a ser tratado. Posteriormente, através de metodologias de extensão, foram feitas reuniões com a direção da escola, para estabelecer os dias, horários e faixa etária dos participantes, organizadas palestras e a confecção de material educativo a ser distribuído para o público-alvo.

As ações de extensão foram divulgadas previamente, de forma direta, através de contatos pessoais e cartazes, que foram afixados no mural da escola. A linguagem e o tempo de duração das palestras foram ajustadas às características do público, constituído por alunos do 6º - 7º - 8º e 9º ano, com idade entre 11 a 15 anos e professores de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia que acompanhariam a turma nos dias e horários das palestras.

As ações estavam vinculadas à disciplina de Extensão Rural, do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pampa – campus Uruguaiana. O componente curricular é obrigatório e tem por objetivo desenvolver as competências necessárias para que o acadêmico possa utilizar adequadamente as técnicas extensionistas. De acordo com Scheideman et al (2004), a extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Participaram da palestra aproximadamente 300 alunos e professores da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Hermeto, no turno na manhã. A maioria contribuiu sobre o assunto no espaço aberto para perguntas, relatando possuir animais de estimação em casa, principalmente cães e gatos.

Segundo estudos consultados, em torno de 65% dos animais domésticos são domiciliados ou semidomiciliados, peregrinando diariamente pelas ruas das cidades, contribuindo para disseminação de diversas enfermidades (LIMA et al., 2010). Fica evidente que os animais domésticos possuem uma íntima relação com a população em geral, estando o manejo inadequado e a falta de controle sanitário os maiores riscos para a saúde humana, ambiental e dos próprios animais, já que estes podem atuar como disseminadores ou reservatórios de inúmeras doenças (FIGUEIREDO et al., 2001).

Conforme Rosa Júnior et al (2012), a interação entre pessoas e animais requer o desenvolvimento de atitudes conscientes para que sejam mantidos os equilíbrios biológico, social e ambiental entre as diversas espécies. Apesar de existência de uma consciência coletiva sobre a necessidade de manter essa condição de equilíbrio, é fundamental a instituição de políticas públicas específicas e estáveis para assegurar que isto ocorra de fato. A falta de controle de natalidade e o manejo inadequado dos animais domésticos podem gerar problemas e ter impacto significativo à saúde pública, favorecendo a transmissão de doenças, contaminação do meio ambiente com dejetos, ficando estes expostos a riscos como, atropelamentos, brigas e doenças transmissíveis.

Após análise dos resultados foi concluído que realização da ação de extensão universitária atendeu os objetivos propostos. Nos próximos semestres letivos o assunto deverá ser abordado novamente em outros locais, como parte do Plano de Ensino da disciplina de Extensão Rural, do curso de Medicina Veterinária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das palestras, com linguagem apropriada ao entendimento do público, foi possível fazer a abordagem teórica sobre o tema de forma elucidativa e apresentar imagens ilustrativas que chamaram a atenção dos participantes, auxiliando no entendimento sobre o assunto. O público foi altamente participativo, inclusive excedendo o tempo disponibilizado para perguntas, o que demonstrou a importância do assunto. Ao término, foi feita avaliação através de pesquisa de opinião e os resultados foram sistematizados, visando a melhoria das próximas palestras.

O projeto está sendo desenvolvido com recursos do Edital nº 60/2017 – PROFEXT - Programa de Fomento à Extensão.

5. REFERÊNCIAS

CFMV. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução nº 877, de 15 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre os procedimentos cirúrgicos em animais de produção e em animais silvestres; e cirurgias mutilantes em pequenos animais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfmv.org.br/consulta/arquivos/877.pdf>. Acesso em> 25/06/2017.

CFMV. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução nº 1023, de 27 de fevereiro de 2013. Altera a redação do §1º, artigo 7º, e revoga o §2º, artigo 7º, ambos da Resolução nº 877, de 15 de fevereiro de 2008, e revoga o artigo 1º da Resolução nº 793, de 4 de abril de 2005. [http://www.crmvgo.org.br/legislacao/5 CLINICA/resolucao_1027\(1\).pdf](http://www.crmvgo.org.br/legislacao/5_CLINICA/resolucao_1027(1).pdf). Acesso em: 25/06/2017.

FIGUEIREDO, C. M. et al. Leptospirose humana no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: uma abordagem geográfica. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 34, n. 4, p. 331-338, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v34n4/5413.pdf>. Acesso em 20/08/2017.

LIMA, A. M. A. et al. Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 15, p. 1457-1464, 2010.

ROSA JÚNIOR, A. S. et al. Medicina veterinária na promoção da saúde humana e animal: ações em comunidades carentes como estratégias de enfrentamento da desigualdade social. Rev. Ciênc. Ext. v.8, n.3, p.278-283, 2012. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/826/776. Acesso em 26/07/2017.

SANBORN, L. Long-term health risks and benefits associated with spay / neuter in dogs. Disponível em: <http://www.dogsnaturallymagazine.com/long-term-health-risks-benefits-spay-neuter-dogs/>. Acesso em:26/08/2017.

SCHEIDEMANTEL, S. E; KLEIN R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em 26/07/2017.

YEON, C. et al. Attitude of owners regarding tendonectomy and onychectomy in cats. Journal of the American Veterinary Medical Association. 2001.

WANSBROUGH, R. K. COSMETIC TAIL DOCKING IN DOGS. Aust Vet J. 1996.